

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Ieda Geovana de Carvalho Gonçalves, (CESUMAR), i_geov@hotmail.com /
igeov@ibest.com.br

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo fazer algumas considerações sobre a Avaliação da Aprendizagem e a Avaliação Institucional, ressaltando a importância de ambas para a qualidade do Ensino Superior no Brasil. A abordagem se realiza por meio da perspectiva crítica da educação e utiliza a revisão bibliográfica como método de procedimento. Conforme Paixão (2011), as instituições de educação superior não tem garantido uma formação significativa que auxilie seus educandos na vivência cidadã e na transformação da realidade. Nesse sentido, com o propósito de modificar este cenário a avaliação passa por uma transição na forma como é concebida. Para Nascimento (2011) a avaliação se compõe: da avaliação da aprendizagem e da avaliação institucional. Esta última ocorre por meio do processo avaliativo dos estudantes e permite a autoavaliação do professor e da própria instituição para produzir melhorias no processo pedagógico e nos cursos que oferece. Assim, devido às exigências educacionais atuais a avaliação deixa de ter um caráter destituído de sentido e passa a ter uma dimensão reflexiva, crítica e emancipatória constituindo-se num importante instrumento que serve como indicador da qualidade do ensino e da instituição educacional.

PALAVRAS-CHAVE: *Avaliação da aprendizagem; Avaliação institucional; Ensino superior.*

INTRODUÇÃO

Neste estudo abordamos os aspectos gerais da Avaliação da Aprendizagem e da Avaliação Institucional, bem como, as contribuições de ambas para a melhoria da qualidade da educação superior no Brasil. Pois, conforme Paixão (2011), as instituições de educação superior não tem garantido uma formação significativa que auxilie seus educandos na vivência cidadã e na transformação da realidade. Nesse sentido, com o propósito de modificar este cenário a avaliação passa por uma transição na forma como é concebida.

Por isso, no bojo das discussões apresentamos as concepções e as novas propostas de avaliação. Ressaltamos as contribuições da avaliação como proposta de acompanhamento e análises de resultados numa dimensão diagnóstica, formativa e emancipatória, que articula os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo em vista a qualidade da aprendizagem e do ensino. E também como um processo significativo, estável, regular, permanente e autoconsciente capaz de subsidiar as instituições de educação superior na busca pela excelência.

Esperamos que esta produção contribua para reflexões acerca da temática e para a construção de estratégias superadoras do perfil avaliativo tradicional ainda enraizado no processo de avaliação em nosso país.

ASPECTOS GERAIS DA AVALIAÇÃO

A Avaliação da Aprendizagem

Na conjuntura atual o conceito de avaliação predominante resulta de uma concepção pedagógica arcaica. No entendimento de Libâneo (2008), essa concepção arcaica deriva da didática da escola tradicional ou da pedagogia bancária na qual o método de ensino está pautado na exposição oral, repetição, memorização. E onde o professor é autoritário e rígido, o aluno é passivo e os conhecimentos são estereotipados, insossos, sem valor educativo vital, desprovidos de significações sociais, inúteis para a formação das capacidades intelectuais e para a compreensão crítica da realidade. “Nessa abordagem [...] a avaliação assume um caráter seletivo e competitivo.” (HAYDT, 2004, p. 286), voltado para a mensuração e valorização de aspectos cognitivos com ênfase na memorização, em detrimento à verdadeira aquisição do conhecimento. De acordo com Paixão (2011) essa forma de avaliar implica na aprovação ou reprovação do aluno, ou seja, em determinar seu sucesso ou fracasso escolar.

Conforme Turra (2006), existem três tipos de avaliação: a diagnóstica que visa constatar/sondar interesses, possibilidades e necessidades educacionais dos alunos; a formativa que possui a função corretiva ou de controle parcial/final e a somativa considerada classificatória ou tradicional. Para Libâneo (1994) a avaliação não pode restringir-se a função de controle, enquanto classificação quantitativa deve sim estabelecer uma relação mútua entre os aspectos qualitativos e quantitativos. Portanto,

Avaliar é julgar ou fazer uma apreciação sobre alguém ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valores. Assim, a avaliação consiste na coleta de dados quantitativos e qualitativos e na interpretação desses dados com base em critérios previamente definidos. (HAYDT, 2004, p. 290, grifo da autora).

Segundo a autora citada, na atualidade a avaliação assume um caráter mais amplo, com funções diagnóstica e formativa, cujo objetivo é interpretar, orientar e cooperar com a prática educativa, por meio da verificação do que o aluno conseguiu aprender e do que o professor conseguiu ensinar. Neste sentido, alguns dos propósitos da avaliação da aprendizagem consistem em: conhecer os alunos; identificar os avanços e dificuldades de aprendizagem; verificar se os objetivos propostos estão sendo alcançados; aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem e promover os alunos.

No Brasil, pautado em provas e exames, “O termo avaliação da Aprendizagem é recente, apareceu em 1930 e é atribuído a Ralph Tyler, educador norte-americano, que se dedicou à questão de um ensino que fosse eficiente.” (SAKAMOTO e VERÁSTEGUI, 2008, 139). Na visão de Libâneo (1994) a avaliação escolar deve ser entendida como uma apreciação qualitativa das situações didáticas que surgem no processo ensino-aprendizagem e influenciam no alcance dos objetivos do ensino. Sua tarefa corresponde à verificação do aproveitamento dos alunos e à comprovação dos resultados obtidos em relação aos objetivos. A apreciação se dá em função de objetivos previstos, do estabelecimento de

critérios, de técnicas diversas e de instrumentos variados, tais como: prova objetiva/ dissertativa, seminário, trabalho em grupo, debate, relatório individual, autoavaliação, entre outros que contribuam para que o aluno se torne sujeito da aprendizagem e se aproprie do conhecimento científico.

Para Vasconcellos (1993) o conceito de avaliação é mais abrangente, significa localizar as necessidades do aluno e se comprometer com a superação de suas dificuldades no processo ensino-aprendizagem. Apesar de dividir a prática de avaliar em quatro categorias: conteúdo, forma, relações e intencionalidade, considera a intencionalidade mais importante no ato de avaliar, pois neste processo o professor deve avaliar mais o aprendizado do que deter-se na nota que será atribuída e tendo em vista o aluno que deseja formar no ensino superior buscar estratégias para que haja a recuperação da aprendizagem durante o processo de ensino.

Ainda no entendimento do autor, o professor não avalia de forma diferente porque deixa prevalecer o modelo tradicional de educação que recebeu, no qual predominou a avaliação classificatória. Nessa direção aponta que as concepções epistemológicas do professor condicionam o processo avaliativo, pois a sua visão de mundo são traduzidas nas suas práticas educativas, podendo colaborar ou não para a aquisição do conhecimento científico.

Conforme Vasconcellos (1993) para que ocorra uma mudança de intencionalidade na forma de avaliar e, sobretudo de educar é preciso que o professor reflita sobre os pressupostos epistemológicos que adota e quais tem sido suas contribuições para a inclusão ou exclusão dos alunos em suas práticas educativas. A mudança de intencionalidade demanda rever conceitos, replanejar o calendário escolar, repensar o projeto político pedagógico, a metodologia, a forma de abordar o conteúdo. Demanda a utilização de uma metodologia participativa com estratégias, tais como: a exposição dialogada, a aplicação de atividades diversificadas na sala de aula (de monitoria, dramatizações ou de trabalho em grupo), relatórios e pesquisas. Por meio de práticas concretas o professor precisa usar o bom senso no estabelecimento de critérios e na escolha de procedimentos para que os alunos sejam coautores do processo avaliativo. Nesse sentido, a avaliação cumpre uma função mediadora, cujo objetivo é comprovar os resultados do processo de ensino, ou seja, de verificar se o ensino está cumprindo sua finalidade de democratizar a educação e de tornar o aluno autônomo para a vida social.

A Avaliação Institucional

Nascimento (2011) relata que toda avaliação traz implícitos valores e interesses voltados para o social, isso indica que nenhuma prática avaliativa é desinteressada ou neutra, mas sim carregada de disputas teóricas e políticas, que acontecem a partir das concepções filosóficas ou epistemológicas da pessoa ou do grupo social que a pratica. Em geral, são os grupos sociais que detém o poder político e econômico que determinam o perfil da avaliação dentro das políticas educacionais, tais como: as

agências governamentais ou os organismos multilaterais. Dessa forma, na sociedade capitalista, onde há distinção de classes sociais é plausível que a avaliação esteja voltada para interesses econômicos.

Na sociedade do conhecimento o saber científico tornou-se relevante para o processo produtivo. Por isso, a universidade passou a desempenhar o importante papel “[...] de atender às necessidades sociais de produção do conhecimento e de formação em nível superior [...]” (MORHY, 2003, p. 278). As propostas oficiais de avaliação estão pautadas nos conceitos de eficiência e produtividade que correspondem à perspectiva neoliberal de modernização.

No cenário brasileiro as estratégias de avaliação do Ensino Superior começaram acontecer entre o final da década de 1960 e o início dos anos de 1970, como proposta alternativa ao modelo quantitativo, de influência positivista, preconizado por Ralphy Tyler. Essas estratégias repercutiram a partir da década de 1980 e 1990 com um caráter emancipatório centrado “[...] nos conceitos básicos da democracia, cidadania consciente e crítica, da historicidade humana, [...] participação, transformação e crítica educativa [...]” (NASCIMENTO, 2011, p.71).

A proposta qualitativa, formativa e emancipatória de avaliação institucional teve início a partir de 1993, por meio do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) que previa a avaliação interna, externa e a reavaliação das instituições de Ensino Superior. Ainda nos anos de 1990, após a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), o credenciamento dessas instituições tornou-se temporário e suas avaliações passaram a priorizar três dimensões: a avaliação das condições de ensino, a avaliação discente, por meio do Provão¹ e o censo da educação superior.

Conforme Nascimento (2011) em 14 de abril de 2004 por meio da Lei nº 10.861 instituiu-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que visa melhorar a qualidade da educação superior, expandir sua oferta e aumentar a eficácia institucional. O SINAES estabelece a avaliação institucional a partir da autoavaliação, da avaliação externa e avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE).

A autoavaliação ocorre de forma articulada ao desenvolvimento institucional de bases no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) que delimita a missão, a finalidade e os objetivos institucionais e é realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) “[...] é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior

¹ O Exame Nacional de Cursos, já extinto, teve como finalidade “[...] alimentar os processos de decisão e de formulação de ações voltadas para a melhoria dos cursos de graduação.” (NASCIMENTO, 2011, p. 72). Para a autora a crítica a esse exame deveu-se ao fato dele priorizar soluções técnicas/burocráticas e desprezar os aspectos humanos e sociais.

relevância social” [...] (BRASIL, 2004, p. 6). Ela contribui para que o Gestor acompanhe o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A avaliação dos cursos de graduação e das instituições é “[...] realizada por comissões designadas pelo INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira], segundo diretrizes estabelecidas pela [Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior] CONAES.” (NASCIMENTO, 2011, p.78). A CONAES coordena e supervisiona os processos avaliativos.

A autora mencionada discorre que o ENADE visa verificar o desempenho relativo aos conteúdos programáticos, bem como as habilidades e competências previstas nas diretrizes curriculares de cada curso para a formação e é aplicado aos estudantes por meio de procedimentos amostrais no final do primeiro e do último ano do curso.

Diante das questões postas sobre os aspectos gerais da avaliação institucional torna-se relevante tecermos algumas considerações sobre o professor pesquisador no processo avaliativo.

[...] visto ser ele o profissional que poderá atuar como avaliador do MEC [Ministério da Educação e Cultura] que após treinamento e capacitação representará o MEC nas visitas de avaliação nas IES [Instituições de Ensino Superior] existentes no Brasil. Também [...] pode atuar como Pesquisador Institucional ou ainda estar na Gestão de uma Instituição de Ensino. (NASCIMENTO, 2011, p. 9).

Conforme Vasconcellos (1993) é de suma importância que o professor enquanto avaliador reflita sobre sua intencionalidade ao avaliar, questionando-se sobre os pressupostos epistemológicos que adota para verificar se eles privilegiam ações emancipatórias e democráticas ou possibilitam novas sínteses que contribuam para o progresso da educação brasileira. Nesse sentido, compreendemos que são os modelos epistemológicos adotados pelo professor na função de educador, gestor, avaliador do MEC ou pesquisador institucional, que irão respaldar suas práticas educativas ou avaliativas. Portanto, para que a avaliação institucional colabore com as IES na constante reavaliação de suas práticas e na reflexão sobre o seu papel na sociedade é preciso que os atores envolvidos no processo atuem por meio da adoção de fundamentos epistemológicos críticos, pois as posturas conservadoras que orientam as práticas avaliativas meritocráticas ou de controle não atendem plenamente as exigências de um projeto institucional transformador.

CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O PROGRESSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

No viés tradicional a avaliação tem sido concebida como sinônimo de mensuração e classificação e tem servido como instrumento de “*ranking*”, de disputa de posições e de seleção social nas instituições de Ensino Superior. Mas vale ressaltar que

A avaliação é um processo formal e intencional, que requer a definição clara dos critérios e dos referenciais que orientarão a emissão de juízos de valor e atribuição de significados. Além disso, é preciso manter sempre presente que estes juízos e significados devem ter a função instrumental, de orientar as tomadas de decisões, para melhoria da qualidade da realidade avaliada. (COLOGNESE, 2003, p.11).

Tendo em vista que a educação é uma prática social e que a instituição escolar é responsável pela difusão do conhecimento e sua democratização por meio da transmissão intencional e sistemática de conteúdos culturais e científicos acumulados historicamente muitos educadores, tais como: Libâneo (1994), Haydt (2002), Paixão (2011), Nascimento (2011) dentre outros apontam para uma proposta de superação do paradigma tradicional de avaliação “[...] pelo paradigma que busca a avaliação mediadora, emancipatória, dialógica, integradora, democrática, participativa, etc.” (VILLAS BOAS, 2001, p. 186), ou seja, pelo paradigma que preconiza a avaliação formativa, a qual visa o pleno desenvolvimento do aluno², do professor e da instituição de ensino.

Haydt (2004) afirma que nesse paradigma ao avaliar a aprendizagem do aluno o professor também avalia seu trabalho, de modo que tanto ele quanto o aluno sofrem mudanças qualitativas. Essa maneira de avaliar pode também ser entendida como uma concepção dialética da avaliação. “Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético de avanço, terá de ser o instrumento de identificação de novos rumos.” (LUCKESI, 1999).

Nesse novo paradigma, ao que se refere à avaliação institucional os debates, conflitos, negociações, interações e construções coletivas estão no cerne da integração do processo avaliativo. Segundo Colognese (2003) desse ponto de vista a avaliação adquire uma dimensão política, ética e social.

Para Chaves (2004), a avaliação se realiza na perspectiva interdisciplinar, envolvendo o âmbito acadêmico e administrativo, bem como, todo um conjunto de processos psicológicos e sociais que medeiam a instituição avaliada. Nesse sentido, para avaliar uma instituição é preciso levar em conta os projetos, a dinâmica dos trabalhos, as pessoas, as relações sociais, os anseios, conflitos, valores, crenças, princípios e a cultura, entre outros fatores, tais como indica Dias Sobrinho (1997).

Segundo Nascimento (2011), a avaliação institucional é uma prioridade dentro das políticas educacionais atuais. O MEC por meio do controle e da regulação objetiva que a avaliação colabore para que as instituições conheçam melhor seus processos internos, aperfeiçoe e realize sua missão e finalidades com responsabilidade social.

² “[...] a avaliação formativa engloba todas as dimensões da aprendizagem do aluno: cognitiva, afetiva e psicomotora.” (VILLAS BOAS, 2001, p. 187), Nesta perspectiva, ao verificar o alcance dos objetivos educacionais o professor constata em que medida eles se traduzem em mudanças e aquisições motoras, cognitivas, afetivas e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões realizadas podemos considerar que a avaliação no contexto atual possui alguns princípios norteadores que podem favorecer a aprendizagem e a qualidade da educação superior.

Sendo o processo avaliativo parte integrante do processo ensino-aprendizagem é preciso considerá-lo como uma prática contínua, sistemática, funcional, integral e orientadora da educação.

Concordamos com Paixão (2011) ao afirmar que avaliar não pode implicar em aprovação ou reprovação, em determinar o sucesso ou o fracasso do aluno. A prática avaliativa deve promover o aluno de forma individual e coletiva. A avaliação precisa cumprir sua finalidade educativa de indicar mudanças para a inclusão e integração do sujeito na sua aprendizagem e na vida social, ou seja, de colaborar para a transformação do ser e para a transformação social.

A avaliação institucional ocorre por meio do processo avaliativo dos estudantes e permite a autoavaliação do professor e da própria instituição para produzir melhorias no processo pedagógico e nos cursos que a instituição oferece. É um processo permanente voltado para a análise do ensino, da pesquisa e da extensão. Possui a finalidade de demonstrar os avanços, as potencialidades, os retrocessos, as deficiências das instituições, a fim, de propor-lhes mecanismos de correções, encaminhamentos para a tomada de decisões rumo à elevação da qualidade do ensino superior no Brasil.

Em síntese, consideramos que a avaliação, seja ela da aprendizagem ou institucional, não pode estar a serviço da legitimação e da legalização da hierarquia social, consolidando a divisão de classes na sociedade, não pode ser utilizada como objeto de competitividade, de disputa de poder, de marginalização ou de exclusão social. É função social do professor ou dos agentes envolvidos nas avaliações institucionais, por meio da sua forma de avaliar, não perenizar a hierarquia social, mas perseguir o objetivo de promoção humana. Assim, em consonância com as exigências educacionais atuais a avaliação deixa de ter um caráter destituído de sentido e passa a ter uma dimensão reflexiva, crítica e emancipatória constituindo-se num importante instrumento que serve como indicador da qualidade do ensino e da instituição educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP. **Orientações Gerais para Roteiro de Autoavaliação**. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: < <http://inep.gov.br/>>. Acesso em: 08 out. 2011.

CHAVES, C. V. **Desconexão no Sistema de Inovação no Setor Saúde: Uma Avaliação Preliminar do Caso Brasileiro a Partir de Estatísticas de Patentes e Artigo**. Belo Horizonte: UFMG/GEDEPLAR, 2004.

COLOGNESE, S. A. **Avaliação: Desafios para o Planejamento Institucional.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação Qualitativa: Interações e Ênfases.** In: SGUISSARDI, V. (Org). **Avaliação Universitária em Questão.** Campinas: Editores Associados, 1997.

HAYDT, R. C. C. **Curso de Didática Geral.** 7. ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série Educação).

_____. **Curso de Didática Geral.** São Paulo: Ática, 2004.

LIBÂNIO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério. Série Formação do Professor).

_____. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Magistério. Série Formação do Professor).

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 9. ed. São Paulo: Cortez; 1999.

MORHY, L. (Org.). **Universidade em Questão.** Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

NASCIMENTO, A. **Avaliação Institucional e Educação.** Maringá: NEAD, 2011

PAIXÃO, P. C. M. **Avaliação da Aprendizagem na Educação Superior.** Maringá: NEAD, 2011.

SAKAMOTO, B. A. M.; VERÁSTEGUI, R. de L. A. Por uma Mudança na Avaliação de Exclusão. **Educere et Educare: Revista de Educação.** Vol. 3. n 6. Jul/dez, 2008, p.139-151.

TURRA, C. M. G. **Planejamento de Ensino e Avaliação.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2006.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança – Por uma Práxis Transformadora.** São Paulo: Libertad, 1993.

VILLAS BOAS, B. M. de F. **Avaliação Formativa: Em Busca do Desenvolvimento do Aluno, do Professor e da Escola.** In: VEIGA, I. P. A; FONSECA, M. (Orgs.). **As Dimensões do Projeto Político Pedagógico.** Campinas: Papyrus, 2001.